

HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

Estudo Técnico Preliminar 193/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 60550.014073/2025-41

2. Descrição da necessidade

2.1. Aquisição de material de consumo **pulseira branca para identificação de pacientes** para a Subdivisão de Pronto Atendimento (SDPA) visando atender às necessidades do Hospital das Forças Armadas - HFA, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no instrumento convocatório.

2.2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO

2.2.1. O processo de identificação de pacientes, através da conferência da pulseira pode ser visto como uma etapa importante na interação entre paciente e equipe de saúde para uma correta identificação no processo paciente certo e medicação certa.

2.2.2. A falta de identificação correta está entre os principais incidentes em instituições de saúde causando inúmeras e graves consequências: na administração de medicação equivocada, assim como procedimentos indevidos, podendo gerar piora das condições clínicas ou óbito.

2.2.3. A Nota Técnica GVIMS/GGTES nº 03/2017 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) referente as práticas seguras para prevenção de lesão por pressão em serviços de saúde trazem os incidentes relacionados à assistência à saúde, especialmente os eventos adversos (EA) que constituem um problema de saúde pública, necessitando de respostas efetivas e imediatas para sua redução. Estudos estimam que a ocorrência de incidentes relacionados à assistência à saúde, e em particular de EA, afete de 4,0% a 16% de pacientes hospitalizados em países desenvolvidos, o que torna imperativa a melhoria da segurança do paciente em serviços de saúde. Portanto, identificar o paciente é primordial para evitar maiores danos.

2.2.4. O produto deixou de ser regularizado pela Gerência Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde/ANVISA em decorrência do não enquadramento na definição de produto médico estabelecido pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC 185/2001, e consequente revisão e atualização da lista de produtos não regulados conforme descrito na Nota Técnica GVIMS/GGTES nº 03/2017 compatível com as Normas vigentes conforme posto pela vigilância sanitária. O quantitativo deve ser de uso contínuo atendendo as demandas dos pacientes.

2.2.5. Há risco de danos aos pacientes caso não estejam devidamente identificados, acarretando além de prejuízo físico, risco de óbito.

2.3. RAZÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

2.3.1. A obtenção do material solicitado é crucial para suprir as demandas do setor e garantir a identificação precisa dos pacientes atendidos na Subdivisão de Pronto Atendimento (SDPA) do Hospital das Forças Armadas (HFA).

2.3.2. O êxito no processo licitatório é fundamental para assegurar essa correta identificação dos pacientes na SDPA.

2.4. DA DEMANDA CONTRATADA X QUANTIDADE DO MATERIAL A SER FORNECIDO

2.4.1. A identificação de paciente, por meio de pulseira é uma ação contínua do HFA e não pode sofrer descontinuidade do processo.

2.4.2. A quantidade solicitada foi baseada no produto em estoque e o número de pacientes atendidos pelo HFA no período de 2022 até a primeiro semestre do ano de 2025 conforme a tabela do item 2.4.

2.4.3. Trata-se de materiais a serem empregados durante a hospitalização do paciente para diversos tipos de tratamento. A ausência poderá colocar em risco suas vidas. A inserção das pulseiras deve ser de imediato, logo após a admissão do paciente. Isto posto, os benefícios diretos e indiretos relacionam-se essencialmente com a salvaguarda da integridade física dos pacientes, cuja manutenção da segurança e qualidade da assistência necessitam dos materiais ora licitados.

2.4.4. Relação Demanda x Quantidade do material consumido:

I tem	Especificação resumida	Und	Consumo 2022 (nº de atendimentos)	Consumo 2023 (nº de atendimentos)	Consumo 2024 (nº de atendimentos)	Consumo 2025 (nº de atendimentos até 24/06 /2025 - 29.774)	Quantidade Solicitada para 12 (doze) meses
1	Pulseira de Identificação, comprimento 27cm sendo que pode haver uma variação de 2 cm para mais ou para menos, material atende todas exigências da legislação atual vigente. Esse material deve vir acompanhado de 05 (cinco) impressoras em comodato.	UND	74.828	58.838	66.786	59.548	60.000

2.4.5. Cabe ressaltar que o consumo foi baseado pelo número de atendimentos porque todo paciente que é atendido na Subdivisão de Pronto Atendimento (SDPA) é identificado com uma pulseira. Além disso, informo-vos que foi calculado a média entre os 04 (quatro) anos, sendo que 2025 foi considerado dobrado por possuir apenas o número de atendimentos até junho deste ano porque o ano está corrente.

2.4.6. Os materiais adquiridos serão utilizados assim que disponibilizados dentro da estrutura física do HFA, conforme a necessidade. Os quantidades estão ajustadas às necessidades atuais, podendo haver oscilações devido ao panorama de atendimentos.

2.4.7. O Sistema de Registro de Preços, quando for o caso, permitirá ao HFA realizar as aquisições decorrentes conforme a sua demanda, que por se tratar de material para identificação de pacientes que adentram ao HFA por demanda espontânea, o quantitativo pode variar.

2.5. FORMA DE FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.5.1. Considerando que a presente contratação se enquadra nas hipóteses do art. 95 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 62 da Lei nº 8.666/1993 (quando aplicável), a Administração opta pela utilização da Nota de Empenho como instrumento hábil e suficiente para formalizar a relação contratual, em substituição ao termo de contrato.

2.5.2. Tal opção justifica-se em razão de:

2.5.3. O objeto tratar-se de aquisição de bens de pronto fornecimento e pagamento.

2.5.4. O valor não ultrapassar os limites legais estabelecidos.

2.5.5. A Nota de Empenho garantir segurança jurídica e eficiência na execução.

2.5.6. Observar-se a economicidade e a simplificação processual, sem prejuízo da formalização adequada da obrigação.

2.5.7. Dessa forma, a Nota de Empenho atenderá plenamente ao interesse público, dispensando a lavratura de termo contratual.

2.6. POSSIBILIDADE DE RENOVAÇÃO DO QUANTITATIVO REGISTRADO EM ATA

2.6.1. Considerando o disposto no art. 22 do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito da Administração Pública federal, registra-se a possibilidade de, em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, ser renovado também o quantitativo inicialmente registrado, respeitados os limites previstos na legislação aplicável, bem como as condições estabelecidas no edital e na ata.

2.7.1. Tal previsão visa assegurar a continuidade do atendimento às necessidades administrativas, garantindo economicidade e eficiência na utilização do instrumento, de modo a evitar desabastecimento ou descontinuidade na prestação do serviço/fornecimento do bem objeto da contratação.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Subdivisão de Pronto Atendimento	Jacirema Simone Maciel Flôr
Subdivisão de Pronto Atendimento	Flavio de Souza Faria Resendes da Fonseca
Subdivisão de Pronto Atendimento	Vinícius Pontes Xavier

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. DA VALIDADE DO PRODUTO

4.1.1. Os produtos deverão na data da entrega, apresentar a seguinte validade:

4.1.2. Quando a validade for superior a 24 (vinte e quatro) meses validade mínima de 60% (sessenta por cento) a partir da data de fabricação.

4.1.3. Quando a validade for igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses validade mínima de 75% (setenta e cinco por cento) a partir da data de fabricação. Com a aplicação exclusiva a este prazo de validade, na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela instância gestora das atas de registro de preços desses materiais, o hospital, poderá em extrema excepcionalidade, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a imediata substituição, à vista da inviabilidade de utilização dos materiais no período de validade.

4.2. QUANTO À VALIDADE DA PULSEIRA TÉRMICA

4.2.1. O uso de pulseiras térmicas impressas é justificado por atender requisitos de:

4.2.2. Durabilidade (resistem a banhos, suor e fricção durante internação).

4.2.3. Segurança contra rasura (impressão térmica não apaga facilmente).

4.2.4. Padronização (impressão legível de código de barras e QR Code, quando utilizado).

4.2.5. Esse padrão é recomendado nas boas práticas de Acreditação Hospitalar (ONA, JCI) e segue as orientações do Protocolo de Identificação do Paciente da ANVISA.

4.3. DO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS EM COMODATO - OBRIGAÇÕES DA COMODANTE

4.3.1. A opção pelo comodato possibilita ao HFA, sem custo adicional, a possibilidade de ter equipamentos sempre atualizados, com a manutenção e suporte técnico garantido pelo fornecedor, uma vez que em se tratando de equipamentos de informática a atualização é dinâmica.

4.3.2. Fornecimento de 06 (seis) impressoras térmicas compatível com as pulseiras fornecidas.

4.3.3. O material deverá ser adquirido conforme o objeto para padronização e organização dos setores que receberão as impressoras, tendo em vista que a identificação dos pacientes será realizada de forma uniforme.

4.3.4. A empresa vencedora do item referente ao objeto, deverá disponibilizar 05 (cinco) impressoras térmicas em sistema de comodato; estas com resolução mínima de 200, velocidade impressão 51, tipo conexão interface USB, aplicação impressão térmica de pulseira de identificação, para atender a Recepção da Emergência (03 impressoras) e a Divisão de Arquivos Médicos e Estatística (02 impressoras) deste hospital. Estas impressoras deverão ser compatíveis com o sistema hospitalar do Hospital das Forças Armadas - SoulMV.

4.3.5. A empresa fornecedora deverá responsabilizar-se pelo suporte técnico para o pleno funcionamento dos equipamentos, que inclui, sem qualquer ônus para a COMODATÁRIA, sua instalação, treinamento inicial e regular dos usuários, execução das manutenções corretivas, preventivas e calibração, e assessoria científica.

4.3.6. A empresa deverá possuir ou instalar uma base para assistência técnica própria no Distrito Federal que deverá ser comprovado antes da assinatura do contrato.

4.3.7. Atender os chamados técnicos para manutenção corretiva dos equipamentos em um prazo máximo de 24 horas, incluindo finais de semana e feriados.

4.3.8. Substituir o equipamento inoperante em caso de defeito, por outro, de mesma característica, , em um prazo máximo de 24 horas, de modo a não interferir na rotina do procedimento médico da COMODATÁRIA.

4.3.9. Realizar manutenção preventiva no EQUIPAMENTO conforme periodicidade recomendada pelo fabricante, mediante visitas com periodicidade mínima trimestral, valendo a periodicidade que for menor.

4.3.10. Responder por todos os custos relacionados à troca de peças no EQUIPAMENTO de Caráter corretivo e preventivo no equipamento, incluindo os casos de falhas fortuitas relacionadas a possível variação na rede elétrica ou imperícia no uso.

4.3.11. Registrar todas as visitas de ordem técnica para manutenção ou inspeção do EQUIPAMENTO, formalizando-as através de um documento (ordem de serviço e/ou “check list”), que deverá ser entregue ao HFA ao final do serviço.

4.3.12. Identificar o EQUIPAMENTO, ao final de cada manutenção preventiva, com etiqueta contendo no mínimo as informações: data da execução, data da próxima visita (validade), nome da empresa que revisou o equipamento e rubrica do executante. A etiqueta deverá ser a prova d’água ou estar protegida (ex. Adesivo transparente).

- 4.3.13. Responsabilizar-se por qualquer suspensão da rotina do procedimento médico da COMODATÁRIA motivada pela falta dos equipamentos, por um período superior a 24 horas, o que implicará a notificação à administração superior competente para providências cabíveis. Dentre as providências a serem adotadas estão a glosa parcial ou total da fatura relativa ao fornecimento do produto.
- 4.3.14. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes, sinistros ou danos que possam acontecer com seu equipamento, pois a COMODATÁRIA não oferece seguro para tal cobertura.
- 4.3.15. Comprometer-se a manter em condição regular e normal, a cessão mediante comodato, enquanto permanecerem em estoque no HFA, os produtos adquiridos para uso dos equipamentos.
- 4.3.16. Durante a vigência da cessão dos equipamentos, será avaliado o suporte técnico prestado pela COMODANTE, bem como, o desempenho dos equipamentos. As não conformidades serão comunicadas à COMODANTE pelo HFA. Caso as não conformidades não sejam corrigidas nos prazos estabelecidos, implicará na notificação à administração superior competente para providências cabíveis.

4.4. DA ESCOLHA DA MARCA DE REFERÊNCIA

- 4.4.1. Não se aplica.

4.5. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DE AMOSTRAS

- 4.5.1. A necessidade de amostra faz-se necessária para verificar a qualidade do item ofertado e se o mesmo atende as especificações necessárias, como a existência de lacre inviolável
- 4.5.2. O parecer técnico e análise do material serão devolvidos por uma comissão composta por integrantes do Núcleo de Qualidade e Segurança do Paciente devidamente designados pela Coordenação que registrarão em formulário o resultado da análise e os critérios observados, impressão geral do produto/material que justifique ou não o seu emprego na instituição, considerando a opinião dos profissionais que realizarão o teste e se está com conformidade com a descrição técnica do Termo de Referência. A comissão atestará o produto com o nome, assinatura, data em que o parecer foi devolvido.

Item	Especificação resumida	O que será analisado na amostra
1	Demonstração	Verificar a qualidade da Impressão
2	Tamanho	Compatíveis com o tamanho de pulseiras para adulto, se possível para crianças

4.6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 4.6.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias, contados do(a) recebimento da Nota de Empenho, no seguinte endereço:
- 4.6.1.1. 112408 - HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS: Setor HFA - Sudoeste - Brasília/DF - CEP: 70673-900, Seção de Almoxarifado, Sala de Entrada, portão de acesso pela Via HCE Dois, quando se tratar de Nota Fiscal com natureza de operação venda, sendo o recebimento, neste momento, de caráter provisório, compreendido no horário entre 7:00 às 11:30 e 13:00 às 15:30h, de segunda a sexta-feira.
- 4.6.1.2. Para o HFA: A remessa do pedido deverá ser iniciada após o recebimento da ORDEM DE FORNECIMENTO ao longo do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP), em conformidade com as necessidades do órgão. Para os órgãos participantes a remessa será iniciada conforme orientações do órgão.
- 4.6.1.3. A “ORDEM DE FORNECIMENTO”, será emitida no Sistema SUPERGOV do HFA, com o QR de comprovação de autenticidade, assinado Pelo Chefe do SETOR ou seu Substituto.
- 4.6.1.4. O prazo estabelecido acima poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceito pela Autoridade Competente.
- 4.6.1.5. A entrega será efetuada em razão da emissão de nota de empenho, ao longo do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP), em conformidade com as necessidades do órgão.
- 4.6.1.6. Caberá à Seção de Almoxarifado com o auxílio do setor solicitante, o recebimento dos materiais, incumbindo-lhe a declaração do aceito dos materiais conforme as especificações do edital.
- 4.6.1.7. O recebimento dos materiais licitados está condicionado à conferência, avaliações qualitativas e aceitação final, obrigando-se o licitante vencedor a reparar e corrigir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções porventura detectados, na forma prevista no Termo de Referência, na Lei nº 14.133/21 e no Código de Defesa do Consumidor, em tudo o que couber.
- 4.6.1.8. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.6.1.9. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.6.1.10. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.6.1.11. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6.1.12. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. Análise das Alternativas / Estudo de Via

5.1. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS/ ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA

5.1.1. Foram avaliadas as alternativas de aquisição, locação e comodato dos equipamentos necessários para atender à demanda da Administração.

5.1.2. Aquisição: embora represente a transferência definitiva do bem ao patrimônio público, implica elevado desembolso inicial, necessidade de manutenção própria e obsolescência tecnológica ao longo do tempo.

5.1.3. Locação: apresenta a vantagem de atualização periódica e menor desembolso imediato; contudo, gera despesa continuada, sem que haja a incorporação patrimonial do bem, além de onerar o orçamento em médio e longo prazo.

5.1.4. Comodato: revela-se a alternativa mais vantajosa, pois transfere à Administração a posse dos equipamentos sem custo de aquisição ou aluguel, vinculando a contrapartida apenas à aquisição dos insumos necessários ao seu funcionamento. Tal modelo garante a disponibilização de equipamentos atualizados, reduz encargos de manutenção e mitiga o risco de obsolescência, assegurando economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

5.1.5. Dessa forma, à luz do princípio da economicidade (art. 70, CF/88) e do art. 144, §1º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2020, conclui-se que a adoção do modelo de comodato apresenta-se como a solução mais vantajosa para a Administração, justificando-se sua escolha em detrimento da aquisição ou da locação.

6. Levantamento de Mercado

6.1. A aquisição de pulseiras de identificação é amplamente realizada por órgãos e entidades, com a finalidade de atender as necessidades da administração.

6.2. Foram encontradas no sítio de compras do Governo Federal (www.comprasgovernamentais.gov.br), contratações nos moldes pretendidos.

6.3. Nas contratações similares consultadas, realizadas por outros órgãos e entidades, não foram identificadas a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração, do que esta pretendida.

6.4. As exigências para a contratação do objeto não são impeditivas e não demonstraram diminuir o interesse de potenciais fornecedores na participação do futuro processo licitatório.

6.5. Das possíveis soluções existentes no mercado

6.5.1. Das Soluções:

6.5.1.1. Solução 1 - Encaminhamento dos pacientes para clínicas e/ou Organizações Civis de Saúde credenciadas;

6.5.1.2. Solução 2 - Aquisição dos materiais de saúde para atendimento pelos profissionais lotados no HFA.

6.5.2. Da análise das soluções:

6.5.2.1. Solução 1 - Não é viável por gerar elevado custo para este Hospital.

6.5.2.2. Solução 2 - Mostra-se mais adequada, uma vez que os materiais serão utilizados em procedimentos realizados pela equipe de saúde do HFA.

6.6. Das possíveis formas de contratação

6.6.1. Das Formas:

- 6.6.1.1. Forma 1 - Buscar atas de registro de preços disponíveis para a realização de adesão.
- 6.6.1.2. Forma 2 - Registrar intenção de registro de preços junto a outro órgão, na condição de participante.
- 6.6.1.3. Forma 3 - Realizar licitação própria.

6.6.2. Da análise das formas de contratação:

- 6.6.2.1. Forma 1 - Não foi encontrada ata de registro de preços disponível para a realização de adesão.
- 6.6.2.2. Forma 2 - Não foi encontrada intenção de registro de preços disponível para participação.
- 6.6.2.3. Forma 3 - É possível a realização de licitação, coordenada pela Divisão de Coordenação Administrativa e Financeira - DCAF, Subdivisão de Aquisições, Licitações e Contratos -SDALC e seus subordinados.

6.7. Da conclusão

- 6.7.1. Com o exposto, esta equipe conclui que deve-se realizar licitação própria, nos termos da Forma 3 para a execução da Solução 2.

7. Descrição da solução como um todo

- 7.1. Aquisição de Material, destinado a atender às necessidades de consumo do Hospital das Forças Armadas – HFA, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no instrumento convocatório.
 - 7.1.1. A necessidade foi demonstrada no item 2 do presente Estudo Técnico Preliminar - ETP.
 - 7.1.2. Os requisitos da contratação foram elencados no item 4 do presente ETP.
 - 7.1.3. Foram analisadas as possíveis soluções no item 5 do presente ETP.

7.2. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 7.2.1. O objeto da presente aquisição pode ser objetivamente especificado por meio de padrões usuais no mercado. Assim, depreende-se que possa ser classificado como “bem comum” e, portanto, ser adquirido por meio de processo licitatório na modalidade pregão, nos termos do inciso XIII, do art. 6º, da lei 14.133, de 2021.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QTDE TOTAL
1	Pulseira de Identificação, comprimento 27cm sendo que pode haver uma variação de 2 cm para mais ou para menos, material atende todas exigências da legislação atual vigente. Esse material deve vir acompanhado de 05 (cinco) impressoras em comodato.	463072	UND	60.000

8.1. Estimativa detalhada:

ITEM	QUANTIDADE MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA
1	60.000	10.000	30.000

- 8.2. Os valores estimados serão divulgados após a fase de lances.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 43.800,00

9.1. Os valores estimados serão divulgados após a fase de lances.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Não há a necessidade de agrupamento dos itens.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. A presente aquisição está relacionada ao processo 60550.014073/2025-41, pois ambos tem por objetivo aquisição de Pulseiras para identificação dos pacientes na Subdivisão de Pronto Atendimento (SDPA).

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000008/2025

II) Data de publicação no PNCP: 25/04/2025

III) Id do item no PCA: 924

IV) Classe/Grupo: 6515

V) Identificador da Futura Contratação: 112408-35/2025

12.2. A contratação alinha-se com o planejamento da Direção do HFA, assessorada pela Chefia da Subdivisão de Pronto Atendimento (SDPA) deste Hospital, ratificada pela Diretoria Técnica de Saúde – DTS. Esta assertiva ampara-se na medida em que é constante a necessidade de tais materiais para o bom andamento das atividades a que se destina o HFA.

12.3. A despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. O HFA, por se tratar de hospital terciário e último elo na cadeia de evacuação das Forças Armadas em Brasília e adjacências, recebe pacientes acometidos das mais variadas enfermidades. Essa análise avulta-se como imprescindível por se tratar de materiais a serem empregados no tratamento de pessoas, cuja ausência poderá colocar em risco suas vidas, além da necessidade de abastecimento dos estoques deste hospital. Isto posto, os benefícios diretos e indiretos relacionam-se essencialmente com a salvaguarda da integridade física dos pacientes, cujo diagnóstico e tratamento necessitam dos materiais ora licitados.

13.2. Caso o objeto em tela seja adquirido por meio de Pregão - Sistema de Registro de Preços (SRP), serão permitidas adesões à ata de registro de preços, limitadas nas quantidades descritas na legislação vigente. A previsão visa permitir aos outros hospitais da Administração Pública e particularmente aos hospitais das Forças Armadas a possibilidade de adesão em caso emergencial ou na liberação de recurso em prazo não exequível para a realização de um processo licitatório, facilitando a aquisição por parte do órgão aderente. Caberá ao HFA optar pela aceitação ou não, como previsto no Decreto 11.462, de 31 de março de 2023 e suas alterações. A aceitação do órgão gerenciador ficará condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Ademais, também caberá ao fornecedor optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Por se tratar de aquisição que acontece anualmente, não se faz necessária nenhuma adequação.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. A presente aquisição não possui relevantes impactos ambientais no uso de um modo geral, contudo deverão ser observados os seguintes requisitos ambientais quanto a fabricação e comercialização do objeto:

15.1.1. Os critérios de sustentabilidade exigidos no Termo de Referência tem por objetivo de acordo com no Art. 11, IV da Lei nº. 14.133/21.

15.1.2. A empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, conforme previsto no artigo 144 da Lei nº 14.133/21 e Instrução Normativa nº 01 de 19/01/2010/SLTI/MPOG;

15.1.3. Os materiais ofertados devem ser produzidos por fabricantes compromissados com o meio ambiente, que mantenham programa continuado de sustentabilidade ambiental, e que além de se enquadrarem no disposto nos itens anteriores, comprovem que cumprem a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação.

15.1.4. Os licitantes devem oferecer produtos acondicionados, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

15.1.5. Os licitantes devem optar, quando possível, por produtos constituídos por materiais naturais.

15.1.6. Em atendimento às normas constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, os licitantes deverão ofertar produtos que atendam aos seguintes critérios de sustentabilidade de acordo com o ciclo de vida:

15.1.7. A análise do ciclo de vida verifica-se a inserção de critérios de sustentabilidade nos vários momentos do ciclo. Desde os materiais utilizados e o modo de produção, passando pelo modo de distribuição, embalagem e transporte, até chegar no uso e por fim na disposição final.

15.1.7.1. Produção:

15.1.7.2. Materiais – com material reciclado, biodegradável, atóxico, com madeira proveniente de reflorestamento. Modo de produção - sem utilização de trabalho escravo ou infantil, com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais.

15.1.7.3. Distribuição:

15.1.7.4. Embalagens compactas, indústria local, produtor local;

15.1.7.5. Uso:

15.1.7.6. Produtos que economizam água e energia, produtos educativos que levam à conscientização ambiental.

15.1.7.7. Destinação Final:

15.1.7.8. Produtos recicláveis, biodegradáveis, atóxicos, com possibilidade para o reuso. Considerando todas as fases do ciclo de vida do produto citadas acima, observamos alguns exemplos de produtos sustentáveis no art. 5º da Instrução Normativa 01/2010 da SLTI/MPOG.

15.1.7.9. Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A presente contratação visa à aquisição de pulseiras de identificação de pacientes, com o objetivo de garantir a correta identificação dos usuários dos serviços de saúde, promovendo a segurança na administração de medicamentos, realização de procedimentos e atendimento geral.

A utilização de pulseiras de identificação é prática recomendada por protocolos de segurança do paciente, sendo essencial para a organização, rastreabilidade e redução de erros nos processos assistenciais. Trata-se, portanto, de um item indispensável para o funcionamento adequado da unidade de saúde.

Foi verificado que há ampla oferta desses itens no mercado, com fornecedores especializados em produtos hospitalares, o que confirma a viabilidade técnica e econômica da contratação. A escolha por processo licitatório eletrônico assegura maior competitividade, transparência e possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A contratação atende aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, sendo viável e necessária para o cumprimento das atividades institucionais desta unidade.

17. Responsáveis


Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JACIREMA SIMONE MACIEL FLOR

Membro da comissão de contratação


FLAVIO DE SOUZA FARIA RESENDES DA FONSECA


Membro da comissão de contratação

Documento assinado digitalmente
 **VINICIUS PONTES XAVIER**
Data: 06/10/2025 10:46:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

VINICIUS PONTES XAVIER

Membro da comissão de contratação

 Assinou eletronicamente em 06/10/2025 às 10:44:11.

Documento assinado digitalmente
 **JACIREMA SIMONE MACIEL FLOR**
Data: 08/10/2025 10:02:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>